

Centro: Saude

Curso: PG Saude Familia

Título: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA MUNICIPAL: UM OLHAR A PARTIR DE PETRÓPOLIS.

Autores: Kiss, C. Rodrigues, P. H. A

Email: pharodrigues@gmail.com

IES: UNESA

Palavra Chave: Ass. Farmacêutica Políticas Públicas

Resumo:

O estudo pretende descrever a influência das políticas públicas nacionais e estaduais na organização da gestão municipal. Justificativa: O sistema de saúde brasileiro, a partir da LOS, colocou a base da organização dos serviços nos municípios. Mais de 90% dos municípios tem menos de 50.000 habitantes e 25% destes tem menos de 5.000 em seu território. Estes municípios dependem diretamente das receitas transferidas pela União e pelos estados, comprometendo a implantação e o desenvolvimento das políticas públicas (RODRIGUES e SANTOS, 2009). A execução dos serviços de atenção básica no Brasil é responsabilidade direta dos municípios, entre eles as ações e políticas de assistência farmacêutica. A gestão desta assistência necessita de diversos elementos centrais para sua organização, como financiamento, recursos humanos e sistema de informação (MARÍN, 2003). Existem diversas ordens de dificuldades na gestão que resultam, por exemplo, na crescente demanda de medicamentos via judicialização da saúde, onerando muito o tesouro municipal (MESSEDER, 2005). Objetivos: Geral: Descrever a organização da gestão da assistência farmacêutica básica municipal a partir das diretrizes e fundamentos das políticas nacionais e estaduais; Específicos: 1) Descrever os agentes e fatores que influenciam a formulação e dinâmica da gestão da política assistência farmacêutica básica municipal; 2) Descrever os mecanismos de monitoramento e avaliação PAFB e a regulação existente; e 3) Identificar e Analisar os elementos que a partir do modelo de atenção básica de saúde influenciam a organização da gestão da Assistência Farmacêutica e seus resultados. Métodos: Como se trata de um estudo de política pública – a assistência farmacêutica – optou-se por um método de análise das políticas públicas, que tem origem no campo das ciências sociais: o neoinstitucionalismo histórico (SKOCPOL, 2004). Este método propõe fornecer elementos para esta análise, enfatizando a importância crucial das instituições e regras existentes para a decisão, formulação e implementação das políticas públicas. Nestes estudos, o conceito de instituição é variado, podendo incluir as regras formais (leis, normas e outros procedimentos) e informais relacionadas a códigos de conduta, hábitos e convenções em geral. As instituições também podem ser vistas, no entanto, como organizações que definem regras e defendem interesses próprios ou de grupos sociais que representam (MARQUES, 1997; FREY, 2000). A técnica de coleta de dados será realizada através de entrevistas semiestruturadas, análise documental e observacional, buscando identificar em contextos históricos definidos, as transformações permanentes que afetam “o jogo institucional” e o posicionamento dos diferentes atores envolvidos. Resultados esperados: Uma política pública expressa o compromisso do Estado definido por meio de metas e diretrizes, no caso da política de medicamentos visa garantir: o acesso aos medicamentos essenciais, a qualidade e a promoção do uso racional de medicamentos (OMS, 2002). Este estudo de caso tem a perspectiva de descrever a importância das regras formais instituídas pelas políticas nacionais e estaduais, num cenário municipal, identificando os atores e arenas decisórias que contribuem para os resultados alcançados. Através desta análise exploratória, relacionar a importância da organização da assistência farmacêutica municipal e seu papel estratégico na formulação, implantação, monitoramento e avaliação da agenda política de medicamentos brasileira. ☐

